

## **‘ECONOMIA SOLIDÁRIA: SOLUÇÃO OU ENGODO?’**

L. C. Pinheiro Machado  
C. Ribas

Não constitui nenhuma novidade fazer referência a crise estrutural do sistema produtor de mercadorias que acompanha o início deste milênio. Frente à uma crise sem precedentes, em escala global, com seus efeitos sendo observados inclusive sobre os países centrais, viceja um novo modismo, na forma de um “novo circuito econômico”: a economia solidária, e seus subprodutos, o cooperativismo de trabalho, a agricultura familiar etc.

Concebida para atuar fora da esfera estatal e em paralelo à economia mercantil, a economia solidária funda-se “na tradição familiar, na economia camponesa, no trabalho por conta própria, artesanal, nas cooperativas e empresas autogestionárias” (Lisboa, 1997, p.83)

Ou, como argumenta Galvão:

“... enfrentar problemas mediante a ação direta, o esforço coletivo e recursos próprios, implicando relações e valores solidários” (1999, p. 113).

Lisboa esclarece ainda que

“... (é) importante distinguir a economia solidária (atividades econômicas onde não predomina a ótica do mercado) da economia informal, isto é, as atividades de economia solidária são tanto formais quanto informais, sendo geralmente realizadas no contexto comunitário, onde se criam laços não maximizados pelo lucro” (1999, p. 76).

O autor sugere as possibilidades não só de expansão quase ilimitada da economia solidária, mas como gérmen de uma nova sociedade, já que veria nessas iniciativas a possibilidade de constituição de uma

“força política quanto a sua dimensão intersubjetiva, pois o fato de um grupo vivenciar experiências de apropriação coletiva da produção, possibilita a construção de uma identidade e um ideário social comum (...) se os empreendimentos de economia solidária conseguirem superar as dificuldades

relacionadas com o seu reconhecimento e a aceitação de sua relevância econômica e social, eles poderão formar um setor econômico expressivo, regido por uma lógica diferente da do capital e, até mesmo, propiciar uma transformação no sistema sócio-econômico vigente” (id., p.86).

Aqui é preciso deixar claro que este ensaio não pretende colocar sob julgamento iniciativas meritórias que visam encontrar possibilidades de redenção econômica para milhões de homens e mulheres da cidade e do campo, expulsos do trabalho formal pelos imperativos da acumulação capitalista. O que anima a feitura deste texto é a tentativa de contribuir para esclarecer a confusão ideológica e política presente neste debate. Como as proposições da economia solidária abrangem atividades econômicas no campo e na cidade, é preciso examinar a questão nesses dois aspectos, ao que se propõe o texto.

Os autores alinham-se aqueles que entendem caber à universidade e demais organismo públicos empreender as ações de extensão visando solidarizar-se, a partir do seu aporte técnico-científico, com essas iniciativas, na medida em que podem representar alternativa de sobrevivência, ou seja, possibilidade de redução das condições de miséria de alguns trabalhadores expulsos da produção formal, no campo e na cidade.

A idéia é, portanto, sinalizar claramente os limites estruturais que envolvem a organização da produção em pequena escala, do ponto de vista econômico, produtivo, político e ecológico.

---

Área: Sessão 2

Autores:

L. C. Pinheiro Machado: Doutor em Agronomia, Professor Catedrático aposentado pela UFGRS, e Professor Titular aposentado pela UFSC.

C. Ribas: Doutor em Sociologia, professor da UFSC:

Endereço:

Servidão Natureza, 117  
Campeche  
88.063-545  
Florianópolis – SC  
Fone: 0\*\*48-237-25-63